

APRESENTAÇÃO

A republicação de *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, de Alberto Passos Guimarães, atende a uma dupla demanda da inteligência crítica brasileira.¹ A primeira, mais ou menos óbvia, é repor em circulação um livro há muito esgotado, só encontrável em bibliotecas ou alfarrabistas – e, qualifique-se, um livro da máxima relevância; a segunda é relembrar a importância contemporânea da obra de Alberto Passos Guimarães, nascido nas Alagoas, mais precisamente em Maceió, em 16 de abril de 1908, e falecido no Rio de Janeiro, cidade em que viveu por quase meio século, em 24 de dezembro de 1993.

I.

Os estudiosos da questão agrária brasileira talvez considerem exagerado o enunciado da segunda dessas demandas, uma vez que, entre os especialistas da área, estrangeiros inclusive, há um livro de Alberto Passos Guimarães que se tornou, consensualmente, uma referência até hoje indescartável: *Quatro séculos de latifúndio*.² Trata-se de obra seminal, que instaurou um debate ainda vivo nos dias correntes – com frequência marcado por passionanismos pouco frutíferos, alheios ao estilo e à personalidade do autor³ – e incidiu fortemente nas proposições políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual Alberto Passos Guimarães se filiou no começo dos anos 1930 e ao qual permaneceu fiel por toda a vida.

Com efeito, a abordagem da questão agrária brasileira foi um dos núcleos da atividade intelectual de Alberto Passos Guimarães,

seja pela sua pesquisa histórico-analítica (que redundou em *Quatro séculos de latifúndio*), seja por sua militância na Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra), seja por meio da sua atividade como publicista, de que dão provas seus inúmeros ensaios e artigos, publicados, por exemplo, no órgão daquela associação ou na *Revista de Economia Política* (São Paulo). Por outro lado, também os analistas da problemática agrícola conhecem bastante bem o labor de Alberto Passos Guimarães: responsável pela introdução, no Brasil, da discussão sobre o *complexo agro-industrial* (CAI), é igualmente de sua lavra o importante *A crise agrária* (1978).⁴

Mas o fato é que, fora desses círculos especializados e no campo exterior à polêmica sobre a questão fundiária brasileira, nos meios acadêmicos pouco se leu e se debateu seriamente a obra de Alberto Passos Guimarães.⁵ E, especialmente entre os mais jovens, o desconhecimento acerca de sua trajetória é assombroso. Respondem por esta desmemória, em primeiro lugar, a *operação borracha* que a ditadura instaurada em 1964 procurou realizar sistematicamente por todos os meios e modos e que teve (e tem) efeitos que transcendem em muito o seu ciclo político, encerrado nos anos 1980; e, secundariamente, a pauperização cultural que vem marcando as duas últimas décadas da vida intelectual brasileira.

O papel de Alberto Passos Guimarães em Maceió, na entrada dos anos 1930 – quando, dividido entre atividades comerciais e jornalísticas, é figura de destaque na “roda” que reunia, entre outros, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Raquel de Queirós e Valdemar Cavalcanti –, ainda permanece na sombra. E pouco se sabe dos quase cinco anos que passou em Salvador, para onde se deslocou por volta de 1940, fugindo da repressão em seu estado natal, período no qual foi, discreta e eficientemente, uma referência para os que se dispunham à luta contra o Estado Novo. Contudo, é conhecido o fato de ele haver participado expressivamente na fundação (em 1945) de *Momento*, jornal que por doze anos deu voz aos comunistas, aos democratas e aos trabalhadores baianos.⁶ E mesmo os seus primeiros anos no Rio de

Janeiro, para onde se transferiu em 1945, dedicando-se inicialmente ao comércio, são pouco mencionados.

É na década seguinte – quando trabalha, primeiro, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, depois, na Rede Ferroviária Federal (RFF) – que Alberto Passos Guimarães vai se tornar uma figura pública nacional. Em sua passagem pelo IBGE, coube-lhe a *decisiva intervenção* no sentido de inserir as favelas nos recenseamentos oficiais: com rigorosos cuidados metodológicos e estatísticos, foi graças a seu pioneirismo que a favela deixou o universo mítico para tornar-se objeto de análise socioeconômica sistemática. Trata-se de um empreendimento de capital importância, que ainda não foi objeto de uma avaliação mais profunda, mas já salientado por estudiosos de fina percepção.⁷

E é nos anos 1950 que o trabalho publicístico de Alberto Passos Guimarães ganha visibilidade: militando ativamente na imprensa comunista da época – *Imprensa Popular*, *Hoje* e também em *Paratodos*, de que é um dos fundadores, ao lado de Oscar Niemeyer e Jorge Amado –, ele começa a se constituir numa referência de porte nacional, num processo de maturação e afirmação intelectual que será coroado ulteriormente com a publicação de *Quatro séculos de latifúndio*. É igualmente na segunda metade dos anos 1950 que Alberto Passos Guimarães fará outra *intervenção decisiva*, tão pouco conhecida quanto a operada no trato dos recenseamentos brasileiros – aquela que desenvolveu no marco da crise do PCB e conduziu à ultrapassagem do dogmatismo e do sectarismo que vinham caracterizando a política oficial comunista desde 1948.

Na seqüência imediata da denúncia do stalinismo, aberta com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (fevereiro de 1956), o PCB, tanto quanto o movimento comunista internacional, experimentou uma gravíssima crise que, de fato, só foi superada no seu V Congresso (1960); o passo anterior mais efetivo para a solução da crise foi a formulação de uma *nova política*, cuja primeira explicitação surgiu na célebre *Declaração de março*,⁸ resultado do trabalho de um pequeno grupo de comunistas

coordenado por Giocondo Dias e constituído por Mário Alves, Jacob Gorender, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães.⁹ A importância deste documento na história dos comunistas brasileiros é incontestável, marcando uma autêntica viragem na trajetória do PCB,¹⁰ ainda que as avaliações sobre a inflexão que ele efetivou na política comunista sejam objeto de polémica intensa.¹¹ Pois bem: produto embora de uma elaboração coletiva – e de um coletivo intelectualmente qualificado –, para alguns membros do grupo, a contribuição de Alberto Passos Guimarães foi absolutamente essencial.¹²

É, pois, um Alberto Passos Guimarães já maduro e experiente – com relevantes serviços prestados ao País, ao Estado brasileiro e ao PCB – que, nos anos 1960, vai se firmar como um interlocutor respeitado no interior da inteligência crítica brasileira. E seu protagonismo intelectual se estenderá pela década seguinte, quando, ademais dos livros que publicou, tornar-se-á, a convite do incansável Antônio Houaiss, co-editor do grande empreendimento que foi, nos seus vinte volumes, a *Enciclopédia Mirador Internacional*¹³ – para além dos seus méritos como pesquisador, então notoriamente reconhecidos, será também referenciado como exemplo de qualidade vernacular.¹⁴ E toda esta trajetória intelectual, percorreu-a e a construiu um homem que mal completou seus estudos formais elementares: Alberto Passos Guimarães nem chegou a frequentar universidades: foi, na mais lídima acepção da palavra, um *autodidata*.

Sabe-se que fenômenos de autodidatismo não foram raros entre pensadores vinculados à esquerda, particularmente entre comunistas (lembre-se, no Brasil, entre outros, Octávio Brandão, de quem há pouco se republicou *Agrarismo e industrialismo*¹⁵). Mas poucos são os autoditadas cuja obra resiste à passagem do tempo, tornando-se marcos intelectuais e mesmo “clássicos”.¹⁶ Este é o caso de Alberto Passos Guimarães: sua obra tem resistido às releituras a que vem sendo submetida e às críticas que se lhe dirigem. Entendamo-nos: *a resistência aludida nem de longe significa uma eventual invulnerabilidade da obra em face dos avanços do*

conhecimento, do acúmulo da crítica e da apuração de processos e técnicas de investigação. Tal resistência diz respeito à determinação de objetos social e culturalmente significativos, ao seu trato mediante uma perspectiva teórico-metodológica adequada e à identificação/descoberta de tendências essenciais de desenvolvimento do(s) objeto(s) analisado(s).

2.

Pois bem: o livro que em boa hora a Editora UFRJ recoloca à mão do leitor exemplifica à perfeição a resistência (e, pois, a atualidade) do labor de Alberto Passos Guimarães. Escrito no ocaso da ditadura do grande capital instaurada em 1964 e publicado quando a intelectualidade acadêmica mal despertava para os fenômenos da violência urbana contemporânea, *As classes perigosas* permanece absolutamente relevante decorrido um quarto de século desde que viu a luz, ainda que os *dados* sobre os quais se apóia mostrem-se anacrônicos. A verificação elementar de Alberto Passos Guimarães continua irreprochável. Permito-me uma longa citação:

É óbvia [...] a impossibilidade de eliminar-se a pobreza dentro das sociedades marcadas pelas fortes desigualdades, entre extremos de riqueza e extremos de pobreza; e, conseqüentemente, é de toda a evidência a impossibilidade de eliminar-se certo nível relativamente mais elevado de criminalidade dentro de tais sociedades. Mas a situação atual nas áreas metropolitanas – e já nas áreas urbanas menores – de nosso País está sendo estigmatizada por acontecimentos de tal freqüência que excedem os limites comuns a todas as capitais dos países capitalistas, desenvolvidos ou não desenvolvidos, e cujo surpreendente e crescente grau de violência envolve uma cada vez mais numerosa parcela da população, vítima das mais diversas formas de atentados aos seus bens e à sua vida. Pouco a pouco, a violência das classes criminosas se estende ao conjunto da população; parte desta procura reagir, também por meio da violência, aos atentados de que é vítima, tentando fazer justiça, por suas próprias mãos, recorrendo a práticas igualmente condenáveis e

igualmente criminosas, como a dos linchamentos. À violência dos criminosos se junta a violência das próprias vítimas e, a essas duas, uma terceira se vem juntar: a violência dos órgãos policiais, que pouco fazendo para prevenir o crime, querem compensar sua ineficácia tentando inútil e injustificadamente eliminar o crime aumentando o grau de ferocidade da repressão. (p. 218)

E se, para Alberto Passos Guimarães, não podem pairar questionamentos acerca da causalidade profunda desse quadro – em suas palavras, “não pode haver a menor dúvida quanto à influência preponderante que têm os fatores econômicos na motivação do banditismo urbano” (p. 248-249) –, ele não se restringe a essa indicação abstrata: recorre à análise histórica da formação econômico-social brasileira para concretizá-la, mostrando como a “via prusiana” marca a constituição do capitalismo no Brasil e como ao monopólio oligárquico da terra (nunca rompido) deve-se creditar uma “população excedentária” inabsorvível nos marcos de uma industrialização /urbanização como a que aqui se processou. E, de maneira rigorosa, Alberto Passos Guimarães detecta e compreende o pauperismo no Brasil como entrecruzamento de concentração de propriedade e de concentração de renda (entrecruzamento que envolve, naturalmente, a concentração de poder político).

Ademais – e este aspecto deve ser sublinhado –, a compreensão que nosso autor tem dos “fatores econômicos” nada concede ao economicismo. Se vincula a eles “os efeitos negativos dos desequilíbrios demográficos, do pioramento das condições de habitação, de alimentação, de falta de assistência sanitária, de recursos médico-hospitalares, os sintomas de desnutrição, as altas taxas de mortalidade geral e de mortalidade infantil” (p. 258), Alberto Passos Guimarães assinala também, no contraponto da crescente magnitude da violência, a emergência de uma nova moralidade:

[...] o comportamento social das camadas urbanas mudou. Elas estão utilizando códigos ou símbolos morais diferentes para entender e resolver seus problemas. O direito de propriedade já não é o mesmo. As classes que têm o maior

interesse em resguardá-lo já não o respeitam. E o respeito sagrado que se havia inoculado na consciência das classes pobres já não existe ou foi profundamente desgastado: é agora uma categoria evanescente”. (p. 259)

Enfim, situando na estrutura econômico-social brasileira, na sua história e na sua condição contemporânea, as raízes da violência, Alberto Passos anota que, para enfrentá-la, não são suficientes reformas econômico-sociais:

Outras providências de natureza político-administrativa, realizáveis a curto prazo, serão também indispensáveis, como, por exemplo, o combate à corrupção nos órgãos policiais, a melhoria dos seus padrões de eficiência na prevenção dos crimes comuns e no respeito aos direitos humanos a que fazem jus todos os cidadãos”. (p. 217)

A estrutura expositiva do livro demonstra que o autor pretende – e, de fato, o consegue – escapar aos dois escolhos que habitualmente comprometem a análise de problemáticas como a que enfrenta nesta obra: de uma parte, a sua subordinação a quadros teóricos macrossociais, altamente abstratos; de outra, o seu tratamento numa ótica casuística, que fetichiza os seus traços singulares. Alberto Passos Guimarães abre o texto com quinze apontamentos, partindo de indicações mais gerais, e concluindo com uma aproximação à realidade brasileira. Subseqüentemente, apresenta a dinâmica das “classes perigosas” em duas situações “clássicas”, a inglesa e a francesa.¹⁷ Sua lupa, porém, quer capturar a realidade brasileira: a ela dedica os dois terços restantes do livro, perquirindo a história brasileira (e cotejando seus processos a outros, particularmente os Estados Unidos da América, formatados não por uma “via prussiana”, mas por um caminho de reformas democráticas) e agarrando a *particularidade* da constituição, aqui, daquelas “classes perigosas”, culminando o seu estudo com as transformações operadas pela ditadura do grande capital; neste roteiro, que desvenda a construção de uma violência de cima para baixo, chega-se à situação em que

[...] a elite das classes dominantes forçou a parte mais desesperançada e mais desesperada das classes pobres, aqueles que penetraram no “inferno do pauperismo”, a modificarem seu comportamento tradicional e a passarem das fileiras do proletariado para as fileiras do lumpemproletariado; a se transformarem de reservas do “mundo do trabalho” em reservas do “mundo do crime”; a passarem, em suma, das “classes laboriosas” para as “classes perigosas”. (p. 260)

Um quarto de século depois de redigido este livro, muitas investigações significativas sobre a problemática de que trata foram realizadas. Elementos novos, fenômenos emergentes, dados até então desconhecidos, processos inéditos tornaram-se esclarecidos. Mas *As classes perigosas* não envelheceu: suas teses centrais permanecem sólidas e sua argumentação não perdeu densidade. Não é *suficiente*, hoje (e certamente não o era ao tempo de sua primeira edição), para dar conta do fenômeno da violência (urbana e rural); mas continua absolutamente *necessário* para tal empreendimento. Nenhum pesquisador sério da problemática pode ignorá-lo.

Não cabe à apresentação desta nova edição antecipar ou glosar o conteúdo deste livro.¹⁸ Ao leitor de *As classes perigosas* está reservado o prazer de conhecer, em páginas de prosa cristalina, uma *interpretação inclusiva* do fenômeno da violência na sociedade brasileira.¹⁹ E uma interpretação que, ressalte-se, a despeito de pesquisas que sobre o tema se multiplicaram nas duas décadas passadas, trazendo à luz novos fenômenos e respaldadas por dados ainda não levantados quando Alberto Passos Guimarães escreveu este livro, *não foi infirmada* pelo crescimento da massa crítica – de qualidade muito diferenciada, é verdade, mas que, também é inegável, vem registrando um acréscimo de contribuições de nível elevado – acumulada nos últimos vinte e cinco anos.

Este livro parece-me uma prova incontestada da *importância* de Alberto Passos Guimarães para os analistas do Brasil contemporâneo. Penso, todavia, que a importância *contemporânea* de Alberto Passos radica no fato de ele demonstrar, com este livro (e não apenas com ele, mas com o conjunto de sua obra), a *fecundidade*

metodológica da tradição teórica fundada por Marx – e isto é especialmente relevante numa quadra histórica em que, a pretexto da “crise dos paradigmas” e sob o manto diáfano dos argumentos pós-modernos, parte expressiva da intelectualidade (com boa ou má consciência, isto é de menor significância) desqualifica aquela tradição e se dedica a evitar os desafios das “superadas” “grandes narrativas”, ocupando-se com micropesquisas microrrelevantes sobre microobjetos. E, naturalmente, palestrando alegremente consigo mesma.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2007

José Paulo Netto

Notas

¹ Trata-se, de fato, da 2ª edição; a primeira data de janeiro de 1982, publicada pelas Edições Graal, Rio de Janeiro.

² A primeira edição deste livro, de 1963, saiu pela Editora Fulgor, São Paulo; todas as várias edições posteriores couberam à Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

³ A discussão provocada por *Quatro séculos de latifúndio*, da sua publicação aos dias correntes, permanece acesa – a bibliografia acadêmica (especialmente dissertações e teses) é enorme e facilmente acessível; para uma primeira aproximação compreensiva e rigorosa, ver os trabalhos pertinentes de Raimundo Santos, em especial *Questão agrária e política: autores pecebistas* (Seropédica: Edur, 1996) e *Agraristas políticos brasileiros* (Brasília/Rio de Janeiro: FAP/Nead/IICA, 2007). O contexto em que surge *Quatro séculos de latifúndio* é bem sintetizado na “introdução”, que também apresenta bibliografia crítica, do livro de Paulo R. Cunha, *Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)* (São Paulo: Unesp, 2007).

⁴ Todas as edições deste livro saíram pela Paz e Terra (Rio de Janeiro).

⁵ Por exemplo, não se deu a devida atenção ao seu pioneiro *Inflação e monopólio no Brasil. Por que sobem os preços?*, editado em 1963 pela Civilização Brasileira (Rio de Janeiro) – como o prova, por exemplo, o artigo de L. C. Bresser Pereira, “Seis interpretações sobre o Brasil” (*Dados. Revista de Ciências Sociais*, Iuperj, Rio de Janeiro, v. 5 n. 3, 1982), quando o articulista, depois o teórico e o responsável da/pela “reforma do Estado” sob Fernando Henrique Cardoso, ainda era personagem acadêmico e utilizava em seus escritos expressões como “luta de classes” e “socialismo democrático e autogestionário”...

⁶ É então que Giocondo Dias, secretário-geral do PCB nos anos 1980, trava

relações com ele, iniciando uma duradoura amizade. Em razão desta amizade, encontram-se informações avulsas sobre Alberto Passos Guimarães em João Falcão, *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário* (Rio de Janeiro: Agir, 1993) e em Ivan Alves Filho, *Giocondo Dias, uma vida na clandestinidade* (Rio de Janeiro: Mauad, 1997).

⁷ Ver, por exemplo, Licia do Prado Valladares, *A invenção da favela: do mito de origem à favela* (Rio de Janeiro: FGV, 2005, cap. 1).

⁸ É por esta designação que se tornou conhecida a “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, divulgada em março de 1958 pelo Comitê Central do PCB; o texto completo desta declaração está disponível em *PCB: vinte anos de política. Documentos. 1958-1979* (São Paulo: Ciências Humanas, 1980).

⁹ Deste grupo, no momento em que se redige esta nota, só estão vivos Jacob Gorender, nascido em 1923, e Armênio Guedes, nascido em 1918. Giocondo Dias faleceu em 1987, aos 74 anos, e Mário Alves foi assassinado pela ditadura militar em janeiro de 1970, quando contava 47 anos de idade. Há informações de que participaram deste grupo, ainda, Orestes Timbaúba (falecido nos anos 1980) e Dinarco Reis (1904-1989). Acerca da constituição do grupo, ver, entre outras fontes, Dinarco Reis, *A luta de classes no Brasil e o PCB* (São Paulo: Novos Rumos, 1982) e a entrevista de Jacob Gorender a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau, em *Teoria & Debate* (Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 11, jul.-set. 1990).

¹⁰ Uma rápida síntese dessa viragem é fornecida por Salomão Malina em Francisco I. Almeida (org.), *O último secretário. A luta de Salomão Malina* (Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002, p. 179-180).

¹¹ Para avaliações discrepantes, ver, por exemplo, Marco Aurélio Nogueira, “Apresentação” a *PCB: vinte anos de política. Documentos. 1958-1979*, op. cit.; José Antonio Segatto, *Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995); Antonio Carlos Mazzeo, *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil* (Marília/S. Paulo: Unesp/Boitempo, 1999).

¹² Refiro-me a Giocondo Dias e Dinarco Reis, que, no trabalho comum que desenvolvemos durante os anos 1980, mencionaram-me reiteradamente a centralidade da contribuição de Alberto Passos Guimarães, que, de modo indireto, é confirmada pelo depoimento de Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos (memórias)* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 247).

¹³ Publicada, em 1979, pela Encyclopaedia Britannica do Brasil (São Paulo).

¹⁴ Recorde-se que Alberto Passos Guimarães figura como exemplo em verbete do popularíssimo *Novo dicionário Aurélio* (ver, a bibliografia de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975).

¹⁵ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil* (São Paulo: Anita Garibaldi, 2006). Sobre o controvertido Brandão (1896-1980), para além da crítica mordaz de Leandro Konder (*Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991), ver, entre outros, Michel Zaidan Filho, *Comunistas em céu aberto (1922-1930)* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989) e Marcos del Roio, “Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil” (*Crítica marxista*, Rio de Janeiro, n. 18, 2004).

¹⁶ Na América Latina, é emblemático o caso de José Carlos Mariátegui (ver, Leila Escorsim, *Mariátegui. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006); entre nós, recorde-se Astrojildo Pereira (ver, Martin Cezar Feijó, *O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001).

¹⁷ É de notar o recurso de Alberto Passos Guimarães, nestes dois passos, à literatura artística – como na experiência de todo cientista social culto e refinado, também para ele a literatura é fonte de conhecimento.

¹⁸ Mas que me sejam permitidas, ainda, três breves notações acerca de aspectos que vincam este livro. A primeira diz respeito à riqueza e ao pluralismo das fontes a que recorreu Alberto Passos Guimarães – de textos académicos qualificados (e de autores tão distanciados, como, por exemplo, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Gilberto Velho, Alba Zaluar etc.) à documentação de organismos internacionais, sem menosprezar o noticiário da imprensa. A segunda refere-se ao viés crítico-teórico com que o autor enfrenta concepções então ainda em voga, como, por exemplo, as teorias da marginalidade. Enfim, a claríssima percepção que Alberto Passos Guimarães tem da ponderação das dimensões étnicas na vida social brasileira.

¹⁹ Certamente que o leitor levará em conta que Alberto Passos Guimarães pensa a violência muito além dos atos “anti-sociais” praticados pelas “classes perigosas”: a violência “dos de cima” e a violência do Estado estão sempre presentes na reflexão de nosso autor.

PÁGINA EM BRANCO

20